

5. Deliberações da VIII Conferência Municipal de Assistência Social

5.1. Conferir 2007

A tomada de decisão acerca da verificação do grau de implementação das Deliberações da VII Conferência Municipal, realizada em 2007, levou em conta a síntese das discussões realizadas nas pré-conferências.

A síntese foi elaborada a partir dos relatórios individuais das pré-conferências, com montagem de relatórios específicos por eixos da VII Conferência Municipal, seguida de verificação do posicionamento de cada uma sobre as propostas integrantes do eixo, para determinação do resultado da avaliação do conjunto das pré-conferências. Esse resultado apontou a prevalência de deliberações se a proposta foi efetivada ou se não foi efetivada.

Para a classificação foram considerados os seguintes parâmetros: SIM, quando a maioria das pré-conferências definiu que a proposta foi efetivada de forma plena, satisfatória ou insatisfatória; NÃO, quando a maioria das pré-conferências definiu que a proposta não foi efetivada; NÃO AVALIADA quando as pré-conferências não puderam ou decidiram não avaliar, por conta da inconsistência dos indicadores ou da insuficiência de tempo, especialmente no eixo 2 que contém 52 propostas. Os números alcançados foram transformados em percentuais.

Para as propostas consideradas como não efetivadas, registra-se também a posição quanto ao grau de prioridade para sua implementação, classificado como CURTO, MÉDIO ou LONGO PRAZO. São mostradas ainda as dificuldades e entraves identificados pelos grupos para a não efetivação das propostas.

Inicialmente, o plenário adotou a sistemática de apresentação e deliberação de destaques para cada proposta dos eixos. Após votação, por 129 a 119 e 12 abstenções, definiu-se outra dinâmica: leitura das propostas de cada eixo sem alteração das deliberações das pré-conferências, com análise e revisão apenas do Relatório Final dos Eixos e manutenção das alterações anteriormente realizadas pelo plenário da VIII Conferência Municipal em relação ao Eixo 1, referentes às propostas 1 e 7, definindo que elas não foram efetivadas.

O plenário aprovou, por contraste, o Relatório Final de cada um dos eixos.

Um participante da pré-conferência Leste 2 fez um adendo de que não houve o CONFERIR 2007 naquela regional para nenhum dos eixos, por conta da inconsistência dos indicadores. A Assessoria de Metodologia informou que levou em conta, para a montagem das tabelas apresentadas no relatório consolidado, a posição apresentada pela Comissão Regional nas pré-conferências Leste 1 e Leste 2.

O plenário modificou para o eixo 3 o critério para a classificação das propostas como efetivadas e estabeleceu que no caso de empate entre as posições definidas como SIM e NÃO prevalecesse a avaliação da proposta como não efetivada.

Nos itens a seguir apresenta-se o relatório final de cada eixo, conforme aprovado pelo Plenário, inserindo neles as propostas identificadas para cada análise das pré-conferências.

5.1.1. Eixo 1 – Controle Social

Das 22 (vinte e duas) propostas do eixo CONTROLE SOCIAL a VIII Conferência Municipal considerou que apenas 5 (cinco) foram efetivadas, correspondendo a 23% (vinte e três por cento). Entretanto a proposta 13 foi avaliada como efetivada insatisfatoriamente por metade das pré-conferências que a consideraram efetivada.

As propostas consideradas como efetivadas são:

META	PROPOSTAS
2	Garantir a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos.
12	Promover encontros periódicos dos Fóruns Regionais e Municipal de Assistência Social para debates e monitoramento das propostas aprovadas nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social.
13	Fortalecer os Fóruns Regionais e Municipal e Conselho Municipal de Assistência Social.

META	PROPOSTAS
15	Planejar e divulgar as conferências com maior tempo hábil e antecedência, enviando materiais e informações facilitando o entendimento e a participação.
22	Garantir que os recursos orçamentários consignados na Função Programática “08 - Assistência Social” integrem o SUAS e sejam submetidos ao comando único conforme a LOAS e SUAS normas e regulamentações.

Por outro lado, 14 (catorze) propostas foram consideradas como não efetivadas, correspondendo a 64% (sessenta e quatro por cento).

As propostas consideradas como não efetivadas são:

META	PROPOSTAS
1	Monitorar e avaliar os programas implantados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade, quantidade e custos dos serviços oferecidos.
3	Implementar e dar publicidade ao Cadastro Único das organizações prestadoras de serviços socioassistenciais no município.
4	Desenvolver ferramentas mais efetivas de controle e monitoramento, garantindo subsídios para a avaliação de resultados e alcance de metas.
5	Fortalecer os órgãos de fiscalização (Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselhos de Escolas etc.) na garantia de vagas e permanência nas escolas, a crianças com deficiências.
6	Desenvolver e implantar um sistema de monitoramento e avaliação eficaz e eficiente.
7	Investir em pesquisas para melhor conhecimento dos territórios.
8	Criar um Comitê Gestor Tripartite em cada subprefeitura, com competências definidas por um colegiado tripartite (organizações sociais, trabalhadores e usuários).
9	Fortalecer e assegurar as ouvidorias públicas no município.
10	Criar o “Comitê Municipal de Monitoramento, Avaliação e Encaminhamento das Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social”. Órgão cuja atribuição dar-se-á nas áreas de assessoria, avaliação e propositura de ações que venham a garantir o cumprimento das referidas deliberações nos termos da minuta apresentada à Plenária e que passa a fazer parte das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.
11	Criar formas de gestão colegiada entre usuários e trabalhadores, na gestão dos serviços no âmbito de cada subprefeitura.
14	Viabilizar o controle social através de comissão intersetorial de Subprefeituras para monitorar a gestão dos recursos.
16	Ampliar, promover e capacitar a participação popular na formulação das políticas de assistência social e no controle social, por meio de fóruns regionais e municipal de assistência social.
17	Garantir que o monitoramento da destinação das bolsas de estudos seja feito pelo COMAS, e que este seja disponibilizado ao Conselho Gestor local da Subprefeitura à qual pertence à concedente; que o COMAS reveja os critérios para a inscrição das entidades de educação.
18	Promover a participação popular na formulação e no controle social de Políticas de Assistência Social.
19	Que o COMAS e a SMADS se integrem para a formação de um grupo intersecretarial e, em conjunto com os demais Conselhos, busquem viabilizar uma Política integrada intersecretarial para a metrópole e para a megalópole.

META	PROPOSTAS
21	Garantir mecanismos legais para a utilização de recursos públicos na locomoção, alimentação, hospedagem e participação digna de delegados e conselheiros eleitos pela sociedade civil e poder público quando houver plenárias, fóruns, seminários e conferências no âmbito das três esferas de governo.

A proposta não teve definição que tenha sido ou não efetivada, por conta de não reunir maioria seja na opinião favorável seja na contrária a ter sido efetivada, foi:

META	PROPOSTAS
20	Propor que os membros desta Conferência assumam o compromisso de viabilizar a implementação de grupo de trabalho para garantir o Financiamento da Assistência Social junto à comissão de orçamento da Câmara Municipal, através do Fórum de Assistência Social e do COMAS, e de um movimento coletivo de mobilização social para que o orçamento preveja as reais necessidades da Assistência Social.

Para as propostas não efetivadas foi estabelecida prioridade de curto prazo.

As principais dificuldades/entraves apontadas para a não efetivação das propostas foram:

- Desinteresse político do poder público;
- Indefinição de indicadores;
- Cortes de verbas no orçamento da SMADS;
- Responsabilidades de outra pasta / falta de sistematização e articulação entre os órgãos de competência;
- Pouca mobilização da sociedade civil / fóruns regionais;
- Falha de comunicação / divulgação ao usuário;
- Falta de integração entre os conselhos;
- Inadequação da linguagem;
- Falta de estrutura no COMAS para atender a demanda;
- Falta conhecimento do território;
- Falta de articulação entre entidades, usuários e trabalhadores;
- Falta capacitação para usuários e trabalhadores.

5.2. Eixo 2 – Implantação e Ampliação do SUAS no Município

Das 52 (cinquenta e duas) propostas do eixo IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO a VIII Conferência Municipal considerou que 18 (dezoito) foram efetivadas, correspondendo a cerca de 35% (trinta e cinco por cento). Apenas as propostas 15, 17, 26, 37 e 38 foram consideradas como plena ou satisfatoriamente efetivadas. As demais receberam maior ou igual número de avaliações como efetivadas insatisfatoriamente.

As propostas definidas como efetivadas são:

META	PROPOSTAS
2	Fortalecer o CRAS como articulador e mobilizador da rede socioassistencial; estabelecer planejamento conjunto e criar estratégias de integração das Secretarias Municipais e intersetorial, de modo a oferecer retaguarda para a população usuária da assistência social.
3	Dar continuidade e ampliar os serviços do PROASF e PAIF (Programa de Atenção integral à Família) nos âmbitos federal, estadual e municipal.
4	Fomentar e ampliar os serviços voltados à família em situação de risco social que promovam prevenção contra a violência, abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano Nacional de Garantia a Convivência Familiar e Comunitária.
5	Realizar trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social, com possibilidade de incluí-las nos Programas Sociais e Programas de Geração de Renda.

META	PROPOSTAS
7	Ampliar os serviços voltados à criança e ao adolescente, garantindo a não interrupção dos serviços continuados quando houver mudança de gestão, assegurando os recursos necessários, ampliando as vagas e novos serviços e projetos como NSE I e II, NSE III e IV - profissionalizante, PETI e Agente Jovem, incluindo ações preventivas à violência, considerando os índices de vulnerabilidade social, incluindo conteúdos de cidadania e ética.
9	Ampliar os serviços voltados a famílias, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco.
14	Implantar unidades de serviço de proteção social básica ou especial a crianças e adolescentes, idosos, mulheres e mães adolescentes e pessoas com deficiência, tendo por referência as necessidades e políticas específicas desses segmentos, de acordo com o diagnóstico elaborado junto com o FAS.
15	Promover e fortalecer o trabalho articulado e integrado, estabelecendo e/ou consolidando as redes sociais locais, promovendo o atendimento integral e capacitando os agentes sociais.
16	Implantar e implementar programas, projetos, benefícios e ações voltados à Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei 11.346 de 15/09/06).
17	Ampliar os serviços da rede de proteção especial, fortalecendo, ampliando e revitalizando programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
19	Fortalecer, ampliar e consolidar os projetos e os serviços socioeducativos com os catadores e população em situação de rua em toda a cidade de São Paulo, garantindo a continuidade dos projetos já existentes.
22	Assegurar que albergues, centros de convivência e demais serviços voltados à população em situação de rua desenvolvam ações destinadas à inserção no trabalho e/ou geração de renda.
24	Garantir a inclusão de jovens em medidas socioeducativas em meio aberto na rede socioassistencial.
26	Ampliar e implantar serviços na rede de proteção social especial para atendimento a pessoas com deficiência, garantindo-lhes serviços de abrigo, convivência, desenvolvimento de habilidades e atendimento socioassistencial, de forma a incluí-los socialmente de maneira integrada.
30	Implantar Casa de Passagem e/ou Moradia Provisória para população adulta nos locais em que haja demanda.
31	Implantar repúblicas para todos os segmentos que dela necessitarem.
37	Revisar e atualizar cartilhas sobre o SUAS com a finalidade de expor os direitos e serviços aos usuários, seu funcionamento, como e onde reivindicar o acesso aos mesmos, e ainda divulgar os endereços dos CRAS. A elaboração da cartilha ficará a cargo da SMADS e COMAS, com ampla divulgação à sociedade civil.
39	Proporcionar uma política inclusiva e não disciplinadora aos usuários dos serviços da rede de assistência social.

Foram consideradas como não efetivadas 15 (quinze) propostas , correspondendo a 29% (vinte e nove por cento), descritas na tabela a seguir:

META	PROPOSTAS
1	Implantar, ampliar e/ou melhorar a estrutura física e de recursos humanos e descentralizar os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nos distritos, considerando todos os segmentos das áreas de vulnerabilidade social.
6	Rever os critérios para a inclusão das famílias vulneráveis no Programa Renda Mínima.

META	PROPOSTAS
8	Conceder Bolsa Auxílio para jovens que esteja frequentando os NSEs III e IV e prever para os usuários do I e II.
10	Implantar e/ou ampliar Núcleos de Convivência que atendam a todos os segmentos.
11	Garantir, como política pública, o atendimento domiciliar para o idoso ou assistência à família (Programa Cuidador de Idosos).
12	Garantir o acesso dos Idosos a programas de capacitação, requalificação e recolocação profissional.
13	Rever critérios de inclusão e ampliação dos programas sociais de transferência de renda e implementar formas de controle.
18	Garantir a continuidade (com todos os núcleos: jurídico, social, psicológico e educacional), ampliar e regionalizar o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico para crianças, adolescentes, jovens, e suas famílias em situação vulnerabilidade social.
20	Fortalecer e ampliar projetos de geração de renda, para população em situação de rua, com estabelecimento de parcerias entre empresas públicas e privadas / cooperativas de geração de renda.
21	Criar espaços regionais para venda de trabalhos produzidos por todos os segmentos da Assistência Social (Loja Social / Feira).
25	Assegurar atendimento contínuo à população moradora de rua, principalmente a pessoas que fazem tratamento médico ambulatorial.
28	Assegurar que as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados e/ou abrigados sejam inseridas em programas socioassistenciais de transferência de renda.
29	Ampliar abrigos para crianças e adolescentes com a inclusão de quadro de funcionários especialista em atendimento a pessoas com deficiência.
32	Ampliar albergues, com núcleo de serviço (dia) e atendimento à família.
33	Garantir acesso e atendimento à população em situação de rua no território de sua escolha.

As demais 19 (dezenove) propostas não foram avaliadas adequadamente em função da falta de indicadores ou de tempo para a discussão, correspondentes a 36% (trinta e seis por cento). São elas:

META	PROPOSTAS
23	Ampliar e implementar programas para erradicar a exploração sexual infanto-juvenil.
27	Ampliar Casa Abrigo e criar casas Passagem para mulheres vítimas de violência, com garantia de atendimento social, físico, psicológico, guarda, segurança e atendimento para filhos.
34	Assegurar acesso a hospedagem e/ou aluguel a pessoas moradoras em áreas de risco e situação emergencial (incêndio, enchentes e desabamentos).
35	Assegurar acesso a programas habitacionais (aluguel social e locação social) para pessoas em situação de rua atendidas na rede de proteção social especial.
36	Assegurar que os Poderes Executivo e Legislativo Municipal legitimem e reconheçam a Política de Assistência Social na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.
38	Flexibilizar a Política da Assistência Social para adaptação à realidade de cada município.
40	Indicar à SPTRANS a obrigatoriedade de executar a Lei nº 5296, dando maior efetividade ao transporte de pessoas idosas e/ou com deficiência, através da ampliação e qualificação da sua metodologia de trabalho, propiciando locomoção a um maior número de usuários e seus acompanhantes.

META	PROPOSTAS
41	Garantir que a SEHAB atenda de forma imediata as famílias que moram em áreas de risco, favelas e ocupações, em programas habitacionais, incluindo trabalho sócio-educativo sistemático.
42	Propor à Secretaria Municipal da Saúde, em caráter de emergência, a implantação de CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) em todos os distritos, e a ampliação do PSF – Programa de Saúde da Família, especialmente em áreas descobertas de atenção básica.
43	Indicar à Secretaria Municipal de Educação a necessidade de ampliar o programa de capacitação de profissionais para atendimento a pessoa com deficiência na rede pública de ensino.
44	Otimizar programas voltados para a faixa etária de 4 a 5 anos (NSE).
45	Ampliar o número de telecentros.
46	Ampliar o transporte escolar (vai e volta).
47	Articular uma política em rede e intersecretarial no atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, no que diz respeito ao acolhimento e humanização dos serviços, principalmente com a Secretaria de Segurança (Delegacia de Mulheres, IML) e Secretaria da Saúde (hospitais de atendimento à violência doméstica e sexual).
48	Indicar às três esferas de governo que a política habitacional deve contemplar a implantação de moradias populares para Idosos.
49	Implantar Centro de Cultura e de Referências Étnicas.
50	Ampliar e fortalecer programas específicos para pessoas etilistas e dependentes químicos com dificuldade de convívio social.
51	Garantir a integração entre as políticas sociais do município de São Paulo - intersetorialidade (habitação, saúde, educação, trabalho e outros).
52	Garantir que famílias ocupantes das áreas de mananciais sejam incluídas em projetos habitacionais de forma digna, assegurando acesso à rede de proteção social.

Para as propostas não efetivadas estabeleceu-se prioridade de curto prazo para sua implementação.

As principais dificuldades/entraves apontadas para a não efetivação das propostas foram:

- Indisponibilidade orçamentária;
- Falta de vontade política;
- Infraestrutura inadequada para os serviços;
- Falta de recursos humanos;
- Falta de ação integrada / articulação intersecretarial nos territórios;
- Falta de indicadores padronizados (em todos os níveis), atualizados e contextualizados para avaliação da implementação e efetividade dos serviços;
- Inadequação da política de atendimento;
- Pouco tempo de efetivação do SUAS;
- Oferta de serviços ainda menor que a demanda;
- Falta fazer a informação sobre os equipamentos disponíveis circular nos serviços;
- Muitos dos problemas atuais estão vinculados à situação de duplo comando (SMADS e Subprefeitura), alterada apenas no início de 2009;
- Usuário não tem conhecimento da Política Pública devido à falta de acesso às informações e em linguagem de fácil entendimento
- Descontinuidade das políticas com as mudanças de gestão;
- Ausência do Estado no cumprimento de seu papel com relação à prestação de serviços socioassistenciais, repassando esta responsabilidade para as organizações sociais;
- Falta divulgação sobre os serviços disponíveis;
- Distribuição desigual dos equipamentos e serviços nas regiões da cidade.

5.1.3. Eixo 3 - Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Todas as propostas do eixo NECESSIDADES RELATIVAS A RECURSOS HUMANOS/PESSOAL foram consideradas como não efetivadas. São elas:

META	PROPOSTAS
1	Criar uma coordenadoria específica de assistência social para cada subprefeitura.
2	Criar quadro de pessoal compatível com a implantação do SUAS no município, abrindo concurso público, conforme NOB/RH, com plano de carreira.
3	Que a gestão municipal crie um grupo de trabalho composto por sindicatos profissional e patronal, entidades sociais e usuários, para padronização da nomenclatura dos cargos dos profissionais da área de assistência social e para definição de padrão mínimo dos recursos humanos.
4	Formar equipe multidisciplinar para atendimento de trabalhadores e usuários.
5	Ampliar o número de educadores que trabalham com adolescentes.
6	Diminuir o número de adolescentes por educador, na proporção de um educador para cada vinte adolescentes.
7	Ampliar número de profissionais para trabalho com idosos.
8	Redimensionar o quadro de profissionais para atendimento nos NSEs, adequando-os à proporção educadores x usuários.
9	Prever no orçamento da Assistência Social, a qualificação permanente dos trabalhadores sociais, na SMADS, CAS, CRAS, programas e serviços conveniados.
10	Estruturar e capacitar educadores dos Núcleos Socioeducativos (NSEs) e das Organizações que trabalham com pessoas com deficiência.

Estabeleceu-se prioridade de curto prazo para implementação de todas as propostas.

As principais dificuldades/entraves apontadas para a não efetivação das propostas foram:

- Questão orçamentária;
- Falta de vontade política;
- Foi feito concurso apenas para Assistente Social e não para outras categorias;
- Desestruturação dos CRAS;
- Dificuldade de padronizar cargos em regimes distintos (CLT e Estatutário);
- Elevada diversidade de problemas que requer profissionais de diferentes formações;
- Aumento do número de usuários para a proporção de educadores;
- Insuficiente quantidade de recursos humanos;
- Falta de indicadores das demandas;
- Falta de comunicação nas duas instâncias (SMADS e Instituições);
- As portarias não estão implantadas adequadamente;
- Falta de publicização do plano da secretaria e das portarias;
- Falta de informação e divulgação dos serviços oferecidos;
- Os educadores não tiveram nenhuma formação.

5.1.4. Eixo 4 - Financiamento

Das 32 (trinta e duas) propostas do eixo Financiamento a VIII Conferência Municipal considerou que apenas 8 (oito) foram efetivadas, correspondendo a cerca de 25% (vinte e cinco por cento). Destas, a proposta 15 foi considerada pela maioria das pré-conferências como efetivada de forma insatisfatória.

As propostas consideradas como efetivadas são:

META	PROPOSTAS
4	Levar em conta os seguintes indicadores para a partilha de recursos: território com maior índice de vulnerabilidade social, famílias em risco (essencialmente com responsáveis pela família), população em situação de rua, população idosa e pessoas com deficiência.
5	Ter uma base de custeio de acordo com o serviço e a capacidade de atendimento.
7	Assegurar que os recursos financeiros do orçamento da União em 2006 sejam transferidos do FNAS para o FMAS, com base nos critérios de partilha definidos na NOB/SUAS Plano 10, garantindo recursos financeiros também para serviços de proteção especial no Município de São Paulo.
13	Garantir ao COMAS conhecimento e controle da destinação da aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares da bancada paulistana, no Congresso Nacional.
15	Promover parcerias com comércio, empresas nacionais e internacionais dentro de programas de Responsabilidade Social, com garantia da primazia do Estado no financiamento dos programas, projetos e ações de Assistência Social.
21	Destinar recursos para melhoria e adequação dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.
23	Incluir profissionais de assistência social nas organizações sociais.
27	Definir padrões para os serviços ainda não normatizados pela SMADS.

Foram consideradas como não efetivadas 22 (vinte e duas) propostas foram consideradas como não efetivadas, correspondendo a 69% (sessenta e nove por cento). São elas:

META	PROPOSTAS
1	Ampliar em no mínimo 20% ao ano o orçamento da Assistência Social, possibilitando a expansão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, principalmente ampliando o número de CRAS e implementando um CREAS por Subprefeitura.
2	Destinar recursos orçamentários do FMAS com base em diagnóstico construído conjuntamente com a sociedade civil.
3	Ampliar e qualificar os recursos destinados às SAS e aos CRAS para atendimento direto.
6	Construir proposta orçamentária em conjunto com o FAS, garantindo transparência na destinação do FMAS.
8	Propor a dotação de 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de Assistência Social, aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).
9	Ampliar os programas de transferência de renda e os valores dos benefícios com gestão compartilhada com a sociedade civil.
10	Incluir no PPA, LDO e LOA para 2008 nas três esferas de governo, recursos orçamentários para reajuste de custeio da rede socioassistencial conveniada, e no PPA a ser elaborado em 2009, para regulamentar este reajuste anual.
11	Financiar um estudo dos custos de cada serviço para garantir o respeito aos princípios do NOB/SUAS.
12	Priorizar as emendas parlamentares de comissão e bancada, tendo em vista a deliberação da III Conferência Nacional de Assistência Social, da V Conferência do Município de São Paulo e Deliberação s/nº da plenária do COMAS de 30/06/2005, para que os projetos de emendas parlamentares sejam destinados aos Fundos Municipais de Assistência Social, Estadual e do Distrito Federal para os programas e serviços aprovados pelos Conselhos nos Planos Municipais de Assistência Social.

META	PROPOSTAS
14	Elaborar lei municipal para criação do passe livre, para que crianças, adultos e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a atividades de Esporte/Lazer, Cultura, Educação, Saúde, Profissionalização, Trabalho e Assistência Social, sem ônus aos usuários.
16	Sensibilizar o Poder Legislativo para a instituição de legislação específica visando a renúncia fiscal à doação de recursos de pessoa jurídica ou física ao Fundo Municipal de Assistência Social, que não poderão ser aplicados em programas, projetos, serviços e benefícios destinados a crianças e adolescentes.
17	Reduzir em 50 % as tarifas públicas devidas por ONGs que realizam o trabalho de assistência social (nas três esferas de governo).
18	Elaborar revisão da Lei de Parcerias, sob a luz da NOB/SUAS/2005.
19	Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anual.
20	Desburocratizar regras para o estabelecimento de parcerias com o poder público.
22	Agilizar o processo de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social.
25	Incorporar a 13ª parcela complementar aos convênios.
26	Possibilitar a existência de repasse de recursos às organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo, reforma, ampliação e compra de material permanente.
29	Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas).
30	Garantir repasse de verba dos convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal.
31	Simplificar processos de prestação de contas dos convênios nos âmbitos municipal e estadual.
32	Alocar nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal os reajustes de convênios e financiamentos dos Serviços de Assistência Social e que estes reajustes sejam anuais.

As outras 2 (duas) propostas não puderam ser definidas como efetivadas ou não, por conta da falta de subsídios ou de elementos para compreensão da proposta. Na maioria dos casos em que as propostas não foram avaliadas pelos grupos, o motivo esteve relacionado à falta de subsídios para o grupo conferente ou falta de elementos para compreensão da proposta. São elas:

META	PROPOSTAS
24	Incluir coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo no quadro de pessoal das entidades, com serviços conveniados, que atendem crianças, adolescentes e jovens.
28	Incluir nos termos de convênios a exigência de que usuários e conselhos gestores acompanhem e avaliem a utilização de recursos, bem como a execução do convênio.

Para as propostas não efetivadas estabeleceu-se prioridade de curto prazo para sua implementação.

As principais dificuldades/entraves apontadas para a não efetivação das propostas foram:

- Dificuldades de custeio por corte no orçamento, especialmente na assistência social;
- Indefinição de uma lei federal para alocar recursos financeiros para assistência social;
- Não há reconhecimento na área da assistência social;
- Pouca mobilização da sociedade civil no trâmite da parte orçamentária;
- Falta de parceria com a sociedade civil;
- Não houve sensibilização da bancada federal;
- Falta de comprometimento por parte do poder público;
- Burocracia nos processos;
- As diferentes demandas em cada distrito da região nem sempre são contempladas no planejamento e na destinação dos recursos;

- As propostas encaminhadas pelo FAS não foram implementadas;
- A construção do orçamento não permite tempo hábil para discussão com a sociedade;
- O papel deliberativo dos conselhos não é respeitado;
- Ausência dos usuários nos conselhos;
- Pouca mobilização da população de forma geral, em especial dos usuários;
- Não existe conselho gestor, portanto não há acompanhamento e conseqüentemente qualidade de serviço;
- Carga tributária onera excessivamente o trabalho e o consumo (principalmente gêneros de primeira necessidade) e pouco o capital, heranças e grandes fortunas.
- O período de realização das conferências não permite a inclusão de suas deliberações nos ciclos orçamentários
- Falta de critérios claros de destinação dos recursos;
- Falta de transparência na aplicação de recursos orçamentários.

5.2. Recomendações do CONFERIR 2007

Todas as propostas das pré-conferências que se referem à construção da política de assistência social foram comparadas com as deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social de 2007. Na tabela a seguir tem-se as recomendações referendadas pela VIII Conferência Municipal e sua relação com as deliberações de 2007, citadas pelo número.

RECOMENDAÇÕES	DELIBERAÇÕES DE 2007
1. Respeitar a Assistência Social enquanto política pública para que se faça valer o direito de obter recursos financeiros necessários;	36
2. Ampliar e fortalecer a rede de serviços socioassistenciais (Poder Público / Secretarias de Saúde, Habitação, Educação, Segurança..., CRAS, Entidades);	1, 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 26, 45, 47, 49, 50, 51, 53, 67 e 103
3. Elencar os serviços inexistentes da rede socioassistencial, levando como instrumentos para tal os dados do Observatório Central e implementar estes serviços de acordo com a necessidade local;	11, 14, 21 e 26
4. Realizar diagnóstico da região para efetivar o trabalho de atenção integral à família;	91
5. Divulgar os estudos que embasam a ampliação dos serviços da rede da assistência social;	91
6. Abrir, durante 24h, todos os serviços da rede socioassistencial que representam uma porta de entrada e que esses sejam interligados para a população ter mais acesso (CRAS, Delegacia de Defesa da Mulher, CTs, Núcleos de Defesa etc.);	15
7. Implantar efetivamente os CRAS de forma regionalizada (com toda equipe de referência para cada 5.000 famílias) e CREAS (no mínimo uma unidade para cada subprefeitura);	1, 2, 53 e 55.
8. Intensificar a articulação intersecretarial (saúde, educação, trabalho, habitação e demais políticas públicas) nos territórios a fim de garantir a Proteção Básica e a Proteção Especial;	2, 15, 47 e 51
9. Repassar as deliberações das conferências regionais, municipal, estadual e nacional para todas as ONGs;	94
10. Implementar políticas de geração de trabalho e renda de forma significativa para complementar o programa Bolsa Família;	5, 6, 13, 20, 21 e 22
11. Realizar educação nutricional e alimentar e o reaproveitamento de alimentos e agricultura popular;	16
12. Realizar projetos de interesses reais para os jovens e crianças, difundindo de maneira lúdica o PNAS, em especial os jovens em liberdade assistida / Centros para Juventude;	7 e 24
13. Qualificar e ampliar o quadro de recursos humanos (concurso público para todas as categorias profissionais) – previsão no PPA;	76, 108, 110, 111, 113, 114, 115 e 116
14. Garantir alocação de 450 vagas de Assistentes Sociais aprovados no concurso público aberto em 2008 para a área da Assistência Social;	69 e 108
15. Implantar e garantir equipe multidisciplinar nos serviços conveniados da rede da assistência social;	76 e 110
16. Rever a portaria que trata do quadro de recursos humanos dos serviços conveniados de acordo com a sua especificidade;	114

RECOMENDAÇÕES	DELIBERAÇÕES DE 2007
17. Reconhecer os direitos do idoso e efetivar políticas públicas voltada para esse segmento / educador socioeducativo e oficinas nos Núcleos de Convivência do Idoso;	9, 10, 11, 12, 14, 48 e 113
18. Promover condições de infraestrutura (equipamento, mobiliário, espaço físico adequado) para o bom desenvolvimento dos trabalhos;	1 e 22
19. Destinar recursos para atendimento de pessoas com deficiência;	26, 29, 43, 89 e 116
20. Ampliar serviços voltados à criança, ao adolescente, às mulheres em condição de vulnerabilidade, aos idosos e às pessoas com deficiência, assegurando os recursos necessários, ampliando vagas e incluindo ações preventivas à violência e às drogas;	1, 7, 9, 11, 14, 23, 26, 47, 50 e 53
21. Financiar programas de incentivo à educação e profissionalização em parceria com outras secretarias para mulheres em situação de violência;	9 e 47
22. Diminuir a proporção de crianças por educador do total de 60 para 40 e/ou para cada 60 crianças um educador de apoio;	114
23. Garantir verba de implantação para novos serviços;	53
24. Ampliar em 10% o valor do repasse financeiro para as organizações conveniadas destinado ao custeio administrativo dos serviços;	78, 81, 82 e 84
25. Implantar mais espaços culturais para os usuários como bibliotecas etc.;	49
26. Garantir isonomia salarial no financiamento da política pública;	57
27. Respeitar as diversidades e as características regionais da população que demanda serviços da assistência social;	Sem referência nas deliberações
28. Criar tabela de lotação de pessoal de todas as unidades da SMADS;	Sem referência nas deliberações
29. Contemplar adicional de insalubridade nos salários de 100% dos trabalhadores sociais da SMADS;	Sem referência nas deliberações
30. Mobilizar para aprovação de PL que beneficie os usuários de serviços socioassistenciais com o direito ao bilhete de transporte (50% de desconto) - (FAS, COMAS e Legislativo);	Sem referência nas deliberações
31. Assegurar em todas as políticas públicas o caráter preventivo aos riscos e vulnerabilidades sociais, com vistas à universalização dos acessos, conforme preconiza o SUAS;	Sem referência nas deliberações
32. Incluir os trabalhadores da assistência social no processo de eleição do COMAS, além de suas entidades representativas, tanto como eleitores quanto como candidatos;	Sem referência nas deliberações
33. Modificar a portaria 28 no sentido de dar autonomia para o atendimento do serviço CEDESP – Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo de atender usuários com idade a partir de 15 anos em diante em oficinas com usuários com idades mistas, e de estabelecer que a exigência para a conclusão do curso superior para os instrutores seja 2012 (Responsabilidade: COMAS e FAS).	Sem referência nas deliberações

5.3. Propor 2009

A tomada de decisão acerca dos subtemas propostos pelo CNAS levou em conta a síntese das discussões realizadas nas pré-conferências.

A síntese foi elaborada a partir dos relatórios individuais das pré-conferências, com montagem de relatórios específicos por subtemas agrupados, seguida de identificação das propostas pertinentes aos subtemas, das que se vinculavam a outros temas e das que se referem à política de atendimento, articuladas com as deliberações da VII Conferência Municipal (2007).

Finalmente, foram sistematizadas as propostas dirigidas aos subtemas, aglutinando as que possuem a mesma redação ou sentido, com a incorporação, quando necessário, de conteúdos de uma à outra. A base para a sistematização passou a ser as propostas deliberadas pelos plenários das pré-conferências dentro de cada eixo em conjunto com as que foram inseridas em outros subtemas.

Todas as propostas oriundas das pré-conferências foram consideradas. Eventuais mudanças de redação referem-se a adequações para preservar o conteúdos/sentidos atribuídos pelos(as) participantes das pré-conferências.

5.3.1. Subtemas PARTICIPAÇÃO POPULAR, CONTROLE SOCIAL E CONSELHOS

AVANÇOS ALCANÇADOS

- A mudança do assistencialismo para a consolidação da assistência social como política pública e como um direito do cidadão;
- A nova significação do usuário que agora passa de objeto de intervenção a cidadão com direito a exercer o controle social;
- A assistência social tem uma história muito curta que foi consolidada com a Constituição Federal de 1988 garantindo os direitos socioassistenciais;
- Os avanços na legislação da assistência social: LOAS, ECA, Benefícios etc.;
- A elaboração da Política Nacional da Assistência Social – PNAS;
- Maior participação atualmente do governo nas conferências;
- O surgimento de novos movimentos sociais - o atual desenho do SUAS e dos CRAS é parte da história dos movimentos sociais de São Paulo;
- O processo histórico da sociedade civil como meio da participação e mobilização social, na realização das três primeiras conferências e na implantação do COMAS;
- Espaços de discussão como fóruns, conselhos e conferências bianuais com a participação do poder público e sociedade civil;
- Ampliação do número de usuários nos espaços de participação e controle social: nas conferências, no COMAS e no FAS;
- A identificação de um crescimento profissional na assistência social;
- A elaboração da primeira cartilha da LOAS pelo FAS e Câmara Municipal;
- O empenho da assistência social na luta por creches e moradia para a população.

DIFICULDADES ENFRENTADAS

- Falta de divulgação sobre os direitos;
- Falta de divulgação dos serviços oferecidos pela rede de assistência social;
- Linguagem e processo complexos, o que dificulta a participação social;
- Falta de informação e divulgação da política de assistência social e do processo eleitoral do COMAS e seu papel;
- Falta de integração da rede de assistência social e intersetorialidade;
- Fragilidade do controle social e enfraquecimento dos fóruns regionais;
- Inexistência de trabalho conjunto entre trabalhadores, técnicos, usuários e entidades com relação aos seus direitos e deveres;
- Processo histórico da não participação popular;
- Participação política pouco desenvolvida no país;
- Articulação insuficiente e fragmentação da sociedade civil;
- Não há participação quantitativa e qualitativa do usuário no controle do serviço, na participação em Conferências e no assento dos conselhos de direitos;

- A sociedade civil deixou de controlar a conferência há muito tempo;
- As conferências ainda não estão acessíveis aos usuários;
- A cidade de São Paulo foi um dos últimos municípios a instituir o conselho municipal de assistência social (COMAS);
- COMAS centralizado;
- Relação insuficiente de conselheiros para o número de habitantes.

ASSUNTO	DESAFIOS / PROPOSTAS	RESPONSABILIDADES
Formato e Composição dos Conselhos	1. Realizar a eleição de conselheiros da sociedade civil para o COMAS na Conferência Municipal de Assistência Social. (Plenária no dia anterior).	COMAS (Convocação) FAS (Coordenação, articulação/mobilização) Governo Municipal (Infraestrutura)
	2. Reformular a composição do COMAS, com ampliação da participação dos usuários.	COMAS e FAS
Fortalecimento do controle social	3. Criar sistema de participação e controle social partindo da base da sociedade civil para o governo.	FAS
	4. Abrir ampla discussão sobre as formas de representação, composição, funcionamento e prioridade de pautas dos conselhos municipais, estaduais e nacional, enfatizando a participação do usuário.	FAS COMAS
	5. Reordenar as atividades do COMAS de forma que retome suas atribuições de fiscalização e deliberação.	COMAS
	6. Implantar efetivamente a Comissão de Monitoramento para monitorar, avaliar e encaminhar as deliberações da VII e da VIII Conferências Municipais (escolher os membros da Comissão de Monitoramento na VIII Conferência Municipal: usuários, organizações, poder público e trabalhadores, Secretaria de Direitos Humanos), com a responsabilidade, inclusive, de apresentar e divulgar relatórios trimestrais – em plenários regionais – para discussão de questões relativas à política e ações de assistência social.	FAS (Coordenação) e COMAS (Para deliberação e infraestrutura)
	7. Definir indicadores de avaliação atrelados às metas definidas na VII e na VIII Conferências Municipais.	COMAS (Delibera); SMADS (Contrata consultoria); Comissão de Monitoramento (Acompanha)
	8. Apresentar o Plano da Assistência Social (anual) ao COMAS, às Conferências e ao Fórum Municipal construindo avaliação quantitativa e qualitativa do cumprimento das deliberações das conferências e o desdobramento desta apresentação nas várias regiões da cidade.	
	9. Elaborar e publicizar estudo de demanda e oferta de serviços e benefícios com vistas à universalização da proteção social, contendo: a população por território segundo segmento/grau de vulnerabilidade/risco e tipo de serviço requerido, e serviços/vagas existentes por território da cidade.	SMADS

ASSUNTO	DESAFIOS / PROPOSTAS	RESPONSABILIDADES
Fortalecimento do controle social	10. Descentralizar o COMAS através de comissões macroregionais paritárias de monitoramento, com representantes do poder público, usuários e sociedade civil, para acompanhar mais efetivamente as políticas públicas e suas dotações orçamentárias (vigilância social).	COMAS e FAS
	11. Inserir no site do COMAS e em outras formas de divulgação – acessíveis à população – informações sobre seus debates, deliberações e ações regionais no âmbito da assistência social, com datas e conteúdo das ações.	COMAS
	12. Realizar uma Interconferência da cidade de São Paulo – e demais níveis de governo - envolvendo a participação das demais políticas públicas e avaliando as deliberações ocorridas em cada uma das Conferências Setoriais e de segmentos com participação de uma porcentagem de seus delegados.	COMAS e FAS (Coordenarão para mobilização de Secretarias, Conselhos e respectivos Fóruns)
	13. Implantar e garantir dotação orçamentária para transporte e alimentação para os conselheiros da sociedade civil, especialmente para os usuários, visando à participação nas reuniões e demais atividades.	SMADS FAS (Coordenação da eleição das comissões locais pela comunidade)
	14. Criar novos fóruns regionais e fortalecer os atuais.	FAS
	15. Descentralizar as conferências pelas subprefeituras ou ao nível dos CRAS.	COMAS
	16. Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.	FAS Fóruns regionais (elaboração) COMAS SMADS
	17. Divulgar os PL's 3021 e 3077/2008 visando à articulação e mobilização da sociedade civil na sua defesa.	COMAS, FAS, Fóruns e Coletivos de entidades.
	18. Realizar a Conferência de 2011, no formato de 2009, porém, com 2 (dois) dias para Conferências Regionais (1 (um) para Conferir e outro para Propor).	COMAS

5.3.2. Subtemas: USUÁRIOS(AS) E TRABALHADORES(AS) DO SUAS

AVANÇOS ALCANÇADOS

- Construção e implantação do SUAS;
- Assistência social entendida como direito de todos e não como favor;
- Legislação que coloca o usuário como sujeito de direitos;
- Presença dos usuários no COMAS e na Executiva do Fórum da Assistência Social;
- Conferências com participação dos usuários;
- Participação dos jovens e adolescentes nos fóruns de debates;
- Centralidade da família;
- Existência de espaços de participação, tais como conferências, conselhos, fóruns, audiências públicas entre outros;
- Capacitação dos trabalhadores da área de assistência social.

DIFICULDADES ENFRENTADAS

- Demanda grande para um número insuficiente de trabalhadores capacitados;
- Desconhecimento dos usuários sobre os direitos e disponibilidade dos serviços / Relação tuteladora entre usuários e serviços;
- Os números de CRAS e CREAS são insuficientes diante da necessidade do município;
- Usuários da assistência social são excluídos de outras políticas;
- Discriminação dos usuários da assistência social tanto pela sociedade quanto pelo poder público;
- Indefinição sobre o papel e as responsabilidades de cada secretaria no que se refere à assistência social;
- Ausência dos usuários nos fóruns de debate;
- Participação dos jovens nas conferências ainda limitada;
- Falta de alimentação e infraestrutura para participação dos usuários;
- Dificuldade em assegurar a frequência do usuário nos projetos;
- Não há orçamento suficiente que sustente as ações estratégicas para possibilitar o trabalho educativo do usuário;
- Falta de unicidade do entendimento do SUAS pelos trabalhadores e dirigentes de entidades;
- Inexistência de espaços críticos e independentes para que os usuários compreendam os seus direitos;
- Linguagem e metodologia das conferências não favorecem compreensão das questões técnicas por parte da população em geral.

ASSUNTO	DESAFIOS / PROPOSTAS	RESPONSABILIDADES
Participação do usuário	1. Dar condições materiais (transporte, alimentação adequada e alojamento fora de horário quando assim desejar o participante) para o acesso e plena participação do usuário nos espaços, institucionalizados ou não, de controle social (conferências, seminários e outros).	COMAS e SMADS
	2. Garantir participação efetiva dos usuários da assistência social no Plano Plurianual e Orçamentário.	COMAS e FAS
	3. Realizar plenárias regionais mensais com os usuários.	COMAS
	4. Inserir a participação dos jovens nas conferências e conselhos de assistência social.	COMAS e FAS
	5. Criar Comissões de participação e fiscalização em todos os serviços da rede socioassistencial, composta por usuários e moradores, eleitos pela comunidade.	Serviços da Rede Socioassistencial
Qualificação dos usuários	6. Criar espaços de formação permanente para qualificar os usuários inseridos nos diversos serviços, em especial nos Conselhos Gestores.	
	7. Desenvolver ações socioeducativas para a população usuária se apropriar da política de assistência social, utilizando metodologia efetiva para fortalecer a participação e mobilização comunitária.	COMAS (regulamentação e financiamento), FAS (elaboração da proposta e mobilização), Organizações que prestam serviços
	8. Envolver usuários e trabalhadores na escolha dos temas das qualificações.	ONGs e CRAS

ASSUNTO	DESAFIOS / PROPOSTAS	RESPONSABILIDADES
Canais de expressão dos usuários	9. Criar ouvidorias (espaços de participação e reflexão para o usuário entender, ouvir e encaminhar suas demandas, seus direitos, suas expectativas com relação aos serviços da rede).	SMADS e COMAS
	10. Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.	SMADS/COMAS via consultoria externa e Conselho Gestor
	11. Promover espaços de diálogo intersetorial para o atendimento e participação do usuário.	COMAS, SMADS, Fórum da Assistência Social
Informação e comunicação	12. Criar plano de divulgação dos dados da assistência social, do decálogo e dos serviços disponíveis através de diversos meios de comunicação com linguagem acessível ao usuário, para empoderar a participação da comunidade e propiciar acessibilidade do usuário ao serviço.	SMADS e COMAS
	13. Elaborar e divulgar cartilha popular para publicização do SUAS, a fim de disponibilizar à sociedade civil informações sobre a política de assistência social.	MDS (elaboração); CONSEAS, CMAS, SMADS e FAS (criação e distribuição)
	14. Dotar o CRAS com recursos audiovisuais e impressos de divulgação da política do SUAS.	SMADS
Qualificação dos trabalhadores	15. Desenvolver política municipal de qualificação permanente e salários adequados aos trabalhadores sociais para um atendimento digno, referente à Política de Assistência Social e os direitos dos usuários, de acordo com a NOB-RH.	SMADS (apresentação da proposta e execução) COMAS (aprovação da proposta/ monitoramento da execução)
	16. Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.	SMADS
	17. Possibilitar acesso a todos os servidores públicos da SMADS e a todos os trabalhadores sociais da rede conveniada, cursos de graduação e pós-graduação.	SMADS

5.3.3. Subtemas: GESTÃO DO SUAS E ENTIDADES

AVANÇOS ALCANÇADOS

- Ampliação de vagas, embora tenha ocorrido fechamento de alguns serviços;
- ONGs que trabalham com os direitos de cidadania (ex: Promotoras legais), fórum do idoso;
- Assistência social garantida na Constituição Federal, passando de filantropia para direito garantido em políticas públicas;
- Existência de espaços de discussão como o da Conferência e o COMAS.
- Relação ONGs com os CRAS que fomentam a horizontalidade nas suas negociações;
- Descentralização através do Programa Ação Família, serviços mais próximos da população, com melhoria no atendimento;
- Assistência social entendida como direito de todos e não como favor;
- Criação das CAS facilita e implementa o comando único do SUAS.
- Concurso para assistentes sociais;
- Ampliação dos trabalhos com famílias;
- Audiências públicas;
- Existência de espaços de participação dos usuários.

DIFICULDADES ENFRENTADAS

- Pouca publicização de vagas e falta de fiscalização dos serviços e burocratização para inserção pelo CAPE;
- Funcionários insuficientes;
- Falta de acessibilidade / mobilidade nos serviços;
- Ausência da integração entre as políticas intersetoriais;
- Poucos CREAS e inexistência de infraestrutura e divulgação;
- Alguns conselhos são cooptados pelo governo;
- O Governo tem dificuldade de entender as necessidades dos usuários;
- Rede socioassistencial pouco articulada e insuficiente, comprometendo o funcionamento e a resolutividade dos serviços;
- Falta de integração intersetorial;
- Adesão tardia do município ao SUAS;
- Não apropriação da LOAS por parte de muitos usuários e de muitos profissionais;
- Pouca capacitação dos usuários e profissionais para compreensão dos assuntos debatidos, resultando em pouca participação;
- Linguagem técnica utilizada pouco acessível;
- Política de assistência social pouco consolidada e sujeita antes às definições político-partidárias que às reais necessidades da população;
- Falta de transparência na prestação de contas pela execução do gestor;
- Dificuldade de acesso dos trabalhadores e usuários ao COMAS;
- Pouca disponibilidade de informações;
- Distanciamento da SMADS no início de 2009, acarretando em dificuldades nas relações com as ONGS devido à criação das CAS;
- A assistência social ainda é vista como benemerência / favor;
- As pessoas ainda não conseguem acessar (chegar) o serviço da assistência social;
- As entidades que atuam na assistência social não se articulam ou pouco se articulam em rede;
- A maioria dos usuários da assistência social não conhece os seus direitos, por falta de acesso às informações;
- Alta demanda da Proteção Básica sem a devida contrapartida de estrutura;
- Descentralização dos CRAS das subprefeituras;
- Pouca cobertura do CRAS frente à proposta do SUAS – apenas 31 na cidade.;
- Falta de divulgação dos serviços da rede de assistência social;
- Desarticulação dos fóruns regionais;
- Desvio dos recursos humanos (assistência social) para outras secretarias;
- Não abertura de concurso para profissionais da equipe de referência para os CRAS e CREAS;
- Os gestores não costumam levar em consideração as diretrizes aprovadas nas conferências;
- Falta de conhecimento de informações como mecanismo de democratização da gestão do SUAS;
- Fragilidade no acompanhamento da implementação das propostas das conferências;
- Desconsideração das propostas deliberadas nos espaços coletivos de participação e dos reais dados de demanda por ações e serviços no processo de planejamento das estratégias da política pública;
- Relações de poder e dominação existente na sociedade;
- Desconhecimento do plano decenal;
- O usuário da assistência social é visto de forma segmentada, porque as outras políticas públicas não se comunicam;
- Não tem quadro de recursos humanos adequados aos serviços;
- Dificuldade de acesso, por parte dos usuários, aos serviços da rede;
- Falta de compromisso político por parte do poder público.

ASSUNTO	DESAFIOS / PROPOSTAS	RESPONSABILIDADES
Adesão da rede socioassistencial ao vínculo SUAS	1. Construir uma rede intersetorial de serviços onde haja efetivação de referência e contra-referência entre secretarias (mapear, informar e fortalecer a rede social).	SMADS e Secretarias envolvidas Representações regionais Sociedade Civil
	2. Garantir compromissos, responsabilidades compartilhadas e integração em rede socioassistencial na efetivação da relação de parceria entre o poder público e as organizações e entidades de assistência social, segundo princípios e diretrizes do SUAS.	SMADS
	3. Criar uma agenda de compromisso territorial entre as secretarias para prestação de contas com relação às propostas intersecretariais estabelecidas nos Fóruns, Conselhos e órgãos deliberativos.	SMADS
Adesão da rede socioassistencial ao vínculo SUAS	4. Fortalecer e efetivar a rede intersetorial através de ações regulamentadas por portarias, Projetos de Lei e decretos intersecretariais visando a garantia dos direitos socioassistenciais, nos três níveis de governo, com realização de audiências públicas.	SMADS e COMAS
Padrão e qualidade de serviços	5. Canalizar as vagas para atendimento através dos CRAS.	SMADS/CRAS
	6. Destinar recursos para a melhoria e adequação dos espaços físicos, onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.	SMADS
	7. Retomar o sistema de gerenciamento de resultados, a fim de que a sociedade civil possa monitorar a efetividade e qualidade dos serviços	SMADS e FAS
Organização dos serviços	8. Garantir espaços coletivos de discussão interna nos serviços da rede socioassistencial.	SMADS/ONGs
	9. Democratizar a relação de poder (profissional) entre os operadores do SUAS e os usuários no cotidiano da prestação de serviços.	SMADS
	10. Promover a integração entre CRAS e CREAS.	SMADS
	11. Descentralizar os equipamentos e recursos da assistência social.	SMADS
Informação e comunicação	12. Criar um sistema de comunicação com instrumentais adequados e que permitam a apropriação dos conteúdos da política de assistência social.	SMADS
	13. Sistematizar e publicizar os dados dos serviços e demandas socioassistenciais.	SMADS
	14. Divulgar os eventos de conferência pública na mídia para maior informação à população.	SMADS

5.3.4. subtema: FINANCIAMENTO

AVANÇOS ALCANÇADOS

- Não houve grandes avanços, porém aconteceram algumas mudanças positivas;
- Transferência de recursos Fundo a Fundo;
- Implantação de CRAS/CREAS em algumas regiões.

DIFICULDADES ENFRENTADAS

- Burocracia;
- Morosidade;
- A assistência social não é respeitada como política pública, resultando na insuficiência de recursos destinados a ela;
- A dotação mínima de orçamento para assistência social é deliberação em todas as conferências, e sua não implementação se configura como falta de respeito à sociedade;
- Não implantação efetiva CRAS/CREAS em número suficiente;
- Revogação do Orçamento Participativo no Município de São Paulo;
- Falta de vontade política e resistência dos governos para sua implantação nos níveis estadual e federal;
- Oportunismo de setores alheios à assistência social que buscam renúncia fiscal dissimulada;
- Resistência da elite dominante.

ASSUNTO	DESAFIOS / PROPOSTAS	RESPONSABILIDADES
Percentual para a assistência social	1. Fazer gestão junto à SEMPLA e Câmara Municipal para garantir em 2010 a dotação de no mínimo 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de assistência social, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) e apontar 20% de ampliação dos recursos para 2011.	SMADS, COMAS
	2. Garantir que o repasse de recursos para a assistência social seja transferido em parcela única.	SMADS
	3. Interferir junto à Câmara dos Deputados e ao Senado pela reforma tributária do país para impedir a retirada de determinados impostos que subsidiam as políticas de assistência social, saúde e previdência (CSLL e COFINS).	Conselhos Municipais, Estaduais e CNAS
Fontes de financiamento da assistência social	4. Incentivar parcerias com o setor privado, transferindo os recursos para contribuir nos respectivos Fundos (Assistência e Criança e Adolescente) para fomento a projetos de assistência social.	SMADS
	5. Fazer gestões junto à Câmara e ao Senado para garantir a aprovação da PEC nº 431/2001 e aplicá-la em consonância as deliberações da VII Conferência.	COMAS
	6. Criar sistema de financiamento que estabeleça regras claras de repasse de recursos do poder público para instituições e publicização da relação de entidades que não cumprem as exigências dos convênios.	SMADS
Critérios para alocação de recursos	7. Ampliar e adequar o financiamento a partir do diagnóstico do território.	SMADS
	8. Garantir recursos de financiamento para uma política preventiva – ênfase na Proteção Social Básica.	SMADS

ASSUNTO	DESAFIOS / PROPOSTAS	RESPONSABILIDADES
Critérios para alocação de recursos	9. Propor aos demais Conselhos Municipais, aos Conselhos Estaduais, ao CNAS, e à sociedade em geral, realizar campanha junto ao Governo Federal para alterar na LOAS, para ½ salário mínimo <i>per capita</i> o critério de corte para concessão do BPC.	CMAS
	10. Normatizar a concessão e o financiamento para os benefícios eventuais (auxílio natalidade, funeral, e auxílio a riscos circunstanciais previstos no artigo 22 da LOAS).	
	11. Ampliar os recursos destinados ao CRAS para atendimento direto.	Prefeitura e Câmara Municipal
	12. Definir um percentual de utilização do fundo nacional de assistência social com rubrica própria para despesas com recursos humanos da administração pública.	CNAS
Participação popular no orçamento público	13. Elaborar cartilha popular para articulação e conscientização das comunidades quanto à importância de constar no PPA as metas de execução das políticas públicas da assistência social.	COMAS
	14. Garantir que as deliberações da conferência nas três esferas sejam inclusas no PPA e no plano de metas, no caso de São Paulo.	Comissão de Monitoramento, Conselhos e Fóruns nas três esferas de governo.
	15. Implantar o Orçamento Participativo em todas as esferas de governo, especialmente na SMADS, garantindo a participação da sociedade civil na elaboração do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual).	COMAS e SMADS
Transparência e Monitoramento	16. Produzir informativos (com tiragem expressiva) do balancete financeiro da assistência social com objetivo de democratizar a informação sobre o que se gasta e como se gasta os recursos e facilitar a intervenção da população.	COMAS e SMADS
	17. Qualificar os fóruns locais e municipais sobre as questões pertinentes ao financiamento da política de assistência social.	SMADS, FAS e COMAS
	18. Reservar 5% a 10% do orçamento para garantir a execução do monitoramento da Política Pública de assistência social e sua avaliação.	

5.4. Propostas sobre a participação do usuário

5.4.1. Entraves / dificuldades encontradas pelo usuário para participação nos conselhos e conferências

- Falta de divulgação / informações;
- Pouca divulgação de conselhos, conferências etc.;
- Questão financeira (Transporte; Alimentação, Acesso);
- Falta de infraestrutura (local adequado);
- Falta de formação dos usuários e trabalhadores;
- Falta de conscientização dos usuários quanto ao seu direito de participação;
- Linguagem e processo de participação social complexo;
- Falta de espaços na comunidade para interferir nas definições políticas;
- Desmotivação;
- Descrença da sociedade civil com o poder público;

- Falta articulação do poder público;
- Os representantes do governo não comparecem nas reuniões dos conselhos.
- Dificuldade em relação ao dia e horário das conferências e conselhos, principalmente por parte dos trabalhadores;
- Período muito longo de conferência;
- Falta de reuniões preparativas para embasar as discussões;
- Inexistência de participação dos usuários em fóruns, audiências públicas etc;
- Cultura de considerar a assistência social como favor ou benevolência, e não como direito;
- A estrutura de participação não facilita as discussões e aprofundamento;
- O usuário da assistência social é visto de forma segmentada, porque as outras políticas públicas não se comunicam.

5.4.2. Propostas para superação das dificuldades

- Produzir materiais de divulgação (folder, cartaz etc.);
- Divulgação com antecedência de 15 dias (popularizar a divulgação em metrô, comunidades, associações);
- Divulgar os dados das CAS bem como suas atribuições;
- Financiamento para participação dos usuários em conselhos e conferências;
- Garantir acessibilidade;
- Garantir aos usuários delegados as condições de acesso para participação com infraestrutura disponibilizada pelo poder público (FMAS, COMAS e SMADS);
- Criar dotação orçamentária no COMAS para garantir a participação do usuário nas conferências;
- Maior tempo para preparo e conhecimento do material utilizado nas conferências, oferecendo assim, maior acesso à população, melhor divulgação, tempo e transporte nas conferências;
- Regionalização das pré-conferências;
- Conscientizar a comunidade para participação espontânea;
- Qualificação e mobilização constante dos usuários, não só para os momentos de conferências;
- Criar rede de usuários para disseminar seus direitos;
- Fiscalizar e monitorar as ações sociais;
- Avaliar as ações e serviços em conjunto com o trabalhador/usuário;
- Fortalecer a organização comunitária para ampliar a mobilização no nível local, aumentando o protagonismo dos usuários da assistência social;
- Flexibilidade de carga horária visando à participação do usuário;
- Garantir a realização das pré-conferências e conferência municipal nos fins de semana, para facilitar a participação do maior número possível de usuários;
- Realizar qualificações prévias, com previsão orçamentária específica para conselhos e conferências tendo como estratégias mais efetivas do que palestras, tais como: vídeos, oficinas, envolvimento de profissionais de comunicação e também sendo objeto de responsabilidade dos serviços diretos e conveniados;
- Elaboração de material de fácil entendimento com adequação de vocabulário utilizado na política de assistência social e criação de canais de comunicação para o usuário;
- Elaboração de cartilhas e glossários de entendimento popular;
- Criar conselhos gestores locais em cada CRAS com a participação (a exemplo do modelo da Saúde) do poder público, trabalhadores e usuários;
- Garantir assento no conselho com grupos específicos de usuários;
- Trabalhar com os candidatos a conselheiros a questão da representatividade e participação nos conselhos;
- Desburocratizar e criar elementos facilitadores à participação dos usuários nos Conselhos, garantindo o transporte, textos mais simples, alimentação e horários compatíveis com o trabalho do usuário;
- Divulgar junto aos usuários e organizações a importância do papel da sociedade civil na garantia de direitos;
- Repensar o tempo destinado para os grupos de discussões e quantidades de metas;
- Alinhar as necessidades dos usuários com as propostas de ações da rede socioassistencial.